

Acordo para a dívida inclui o retorno ao FMI

Kido Guerra

BRASÍLIA — O Brasil deverá mesmo voltar ao Fundo Monetário Internacional ainda este ano. A questão, que, nos últimos dias, determinou um impasse na renegociação da dívida com os bancos estrangeiros, foi solucionada ontem de manhã, em Nova Iorque com um artifício simples: a inclusão, no documento que consolida o acordo provisório com os bancos, de uma cláusula que, se não condiciona o entendimento a uma ida ao FMI, como queriam os banqueiros, faz clara referência à necessidade de o país recorrer ao Fundo, para sua reintegração no sistema financeiro internacional.

Em compensação, o governo brasileiro conseguiu incluir no mesmo documento a aprovação, pelos bancos credores, da tese brasileira de "securitização" da dívida, ou seja, a transformação de parte do total devido em títulos, embora sem especificar sua operacionalização.

Condicionando o fechamento do acordo, foi fixado, agora oficialmente, que o Brasil vai efetuar imediatamente um pagamento simbólico de 500 milhões de dólares em uma instituição bancária neutra, como o Banco de Compensação Internacional (BIS), e os bancos entrarão com um bilhão de dólares. Até o final do ano, o Brasil pagará mais 1 bilhão de dólares e os bancos 2 bilhões de dólares, também na forma de um depósito caucionado.

Esses pontos, segundo um assessor direto do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, já foram fechados no acordo que está em fase final de elaboração, mas que, até o final da tarde de ontem, ainda esbarrava em um detalhe fundamental: discutia-se de quanto seria a taxa de remuneração dos bancos em relação ao depósito-caução. Esse entendimento pro-

visório é fundamental para se evitar a reclassificação dos créditos brasileiros.

Confusão — Ontem foi um dia tenso no Ministério da Fazenda. Pela manhã, o ministro Bresser Pereira chegou a convocar uma entrevista coletiva para falar sobre o acordo com os bancos credores e, segundo seus assessores de imprensa, para esclarecer alguns pontos veiculados pelos meios de comunicação durante o final de semana. Bresser Pereira, por exemplo, iria dizer que o pagamento simbólico não representa o fim da moratória, como fora noticiado, mas não iria anunciar o fechamento do acordo.

A confusão, porém, começou quando a entrevista foi cancelada, por recomendação dos próprios assessores de Bresser. "A imprensa vai achar que o senhor vai anunciar o entendimento e, como isso não vai acontecer, vai repercutir mal nos Estados Unidos e todos vão pensar que houve um retrocesso nas negociações", foi o conselho ouvido por Bresser Pereira, e que o fez desistir da entrevista.

Mas a precipitação do ministro da Fazenda quase teve consequências infelizes para os negociadores da dívida. Os correspondentes estrangeiros, ao saberem do cancelamento da entrevista — para a qual não haviam sido convocados — relataram o fato às agências internacionais e a tão temida repercussão chegou a se ensaiar nos Estados Unidos, segundo um assessor do ministro Bresser Pereira.

De acordo com um negociador brasileiro, que está em Nova Iorque e se comunicou diversas vezes com autoridades brasileiras durante o dia de ontem, as notícias eram de que o governo brasileiro estava tão ansioso para fechar o acordo que os bancos poderiam endurecer um pouco mais que o Brasil aceitaria as novas condições. No final da tarde, essas questões já estavam resolvidas e, segundo um assessor de Bresser Pereira, o entendimento era iminente.